



SENADO FEDERAL

500 QUESTÕES GABARITADAS

Técnico Legislativo- Especialidade:
Policial Legislativo Federal



CÓD: SL-010ST-22
7908433226727

Questões Gabaritadas:

1. Língua Inglesa.....	5
2. Criminalística.....	41
3. Direito.....	43
4. Direitos Humanos.....	49
5. Direito Penal e Processual Penal.....	53
6. Raciocínio Lógico-matemático.....	81
7. Português.....	87
8. Informática.....	109
9. Direito Administrativo.....	119
10. Direito Constitucional.....	135

Kevin Maher Times (UK)

5- Sometimes life is stranger than art, sometimes art imitates life, and sometimes life imitates art. If life starts imitating hopeful art - that's uplifting. That's the goal of art, as I see it. "Green Book" uplifts.

Mark Jackson Epoch Times

6- There's not much here you haven't seen before, and very little that can't be described as crude, obvious and borderline offensive, even as it tries to be uplifting and affirmative.

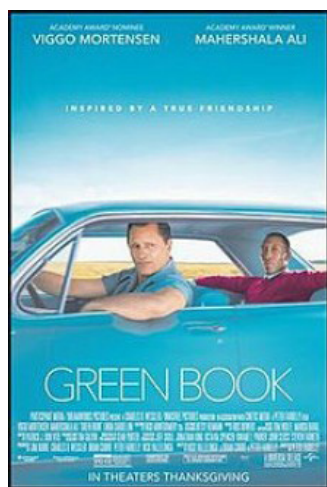
A.O. Scott New York Times

(Source: https://www.rottentomatoes.com/m/green_book/reviews/)

In the sentence "to get uglier every day" (#3), "uglier" is to "more beautiful" as

- (A) faster is to quicker.
- (B) lighter is to darker.
- (C) tougher is to harder.
- (D) sadder is to more unhappy.
- (E) freer is to more independent.

9. FGV – PREFEITURA DE SALVADOR - LÍNGUA ESTRANGEIRA – INGLÊS – 2019



(Source: https://pt.wikipedia.org/wiki/Green_Book)

Here are six reviews on Green Book:

1- The screenplay essentially turns Shirley into a black man who thematically shapeshifts into whoever will make the story appealing to white audiences - and that's inexcusable.

Lawrence Ware New York Times

2- Green Book is effective and affecting while being careful to avoid overdosing its audience on material that some might deem too shocking or upsetting.

James Berardinelli ReelViews

3- In a world that seems to get uglier every day, this movie's gentle heart and mere humanity feel like a salve.

Leah Greenblatt Entertainment Weekly

4- A bizarre fish-out-of-water comedy masquerading as a serious awards-season contender by pretending to address the deep wound of racial inequality while demonstrating its profound inability, intellectually and dramatically, to do that.

Kevin Maher Times (UK)

5- Sometimes life is stranger than art, sometimes art imitates life, and sometimes life imitates art. If life starts imitating hopeful art - that's uplifting. That's the goal of art, as I see it. "Green Book" uplifts.

Mark Jackson Epoch Times

6- There's not much here you haven't seen before, and very little that can't be described as crude, obvious and borderline offensive, even as it tries to be uplifting and affirmative.

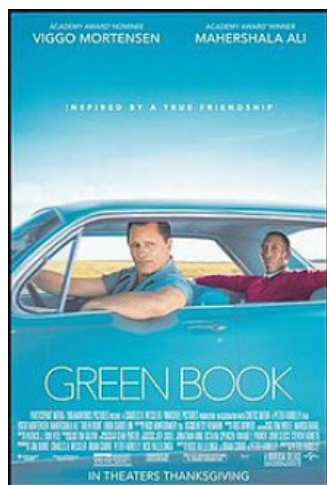
A.O. Scott New York Times

(Source: https://www.rottentomatoes.com/m/green_book/reviews/)

In Kevin Maher's review (#4), the expression "fish-out-of-water" is a(n)

- (A) noun.
- (B) article.
- (C) adverb.
- (D) adjective.
- (E) preposition.

10. FGV – PREFEITURA DE SALVADOR - LÍNGUA ESTRANGEIRA – INGLÊS – 2019



(Source: https://pt.wikipedia.org/wiki/Green_Book)

Here are six reviews on Green Book:

1- The screenplay essentially turns Shirley into a black man who thematically shapeshifts into whoever will make the story appealing to white audiences - and that's inexcusable.

Lawrence Ware New York Times

2- Green Book is effective and affecting while being careful to avoid overdosing its audience on material that some might deem too shocking or upsetting.

James Berardinelli ReelViews

3- In a world that seems to get uglier every day, this movie's gentle heart and mere humanity feel like a salve.

Leah Greenblatt Entertainment Weekly

4- A bizarre fish-out-of-water comedy masquerading as a serious awards-season contender by pretending to address the deep wound of racial inequality while demonstrating its profound inability, intellectually and dramatically, to do that.

Kevin Maher Times (UK)

5- Sometimes life is stranger than art, sometimes art imitates life, and sometimes life imitates art. If life starts imitating hopeful art - that's uplifting. That's the goal of art, as I see it. "Green Book" uplifts.

Mark Jackson Epoch Times

6- There's not much here you haven't seen before, and very little that can't be described as crude, obvious and borderline offensive, even as it tries to be uplifting and affirmative.

A.O. Scott New York Times

(Source: https://www.rottentomatoes.com/m/green_book/reviews/)

The word "while" in "to address the deep wound of racial inequality while demonstrating its profound inability" (#4) is the same as

- (A) whilst.
- (B) which.
- (C) whence.
- (D) whether.
- (E) whatever.

11. FGV – TCU – CONTROLE EXTERNO – AUDITORIA GOVERNAMENTAL -2022

Internal audit's role in ESG reporting

Conversations and focus on sustainability, typically grouped into environmental, social and governance (ESG) issues, are quickly evolving — from activist investor groups and inquisitive regulators pushing for change to governing bodies and C-suite executives struggling to understand and embrace the concept. At the forefront of this new risk area is pressure for organizations to make public commitments to sustainability and provide routine updates to ESG-related strategies, goals, and metrics that are accurate and relevant. However, ESG reporting is still immature, and there is not a lot of definitive guidance for organizations in this space. For example, there is no single standard for what should be reported.

What is clear is that strong governance over ESG — as with effective governance overall — requires alignment among the principal players as outlined in The Internal Institute of Auditors (IIA) Three Lines Model. As with any risk area, internal audit should be well-positioned to support the governing body and management with objective assurance, insights, and advice on ESG matters.

Embarking on the ESG journey

Efforts to mitigate the accelerating effects of climate change and address perceived historical social inequities are two powerful issues driving change globally. These movements have enhanced awareness of how all organizations impact, influence, and interact with society and the environment.

They also have spurred organizations to better recognize and manage ESG risks (i.e., risks associated with how organizations operate in respect to their impact on the world around them). This broad risk category includes areas that are dynamic and often driven by factors that can be difficult to measure objectively.

(E) poderá ser aplicada porque Saulo retornou ao Brasil, desde que não venha a ser condenado na Argentina.

5. FGV – TJ – TJ RO – 2021

Sobre a aplicação da lei penal no espaço, é correto afirmar que:

- (A) pelo princípio da extraterritorialidade, aplica-se a lei penal brasileira aos fatos puníveis praticados no território nacional, quando o agente for estrangeiro;
- (B) a lei brasileira adota o princípio da territorialidade como regra, ainda que de forma atenuada, uma vez que ressalva a validade de convenções e tratados internacionais;
- (C) o princípio da nacionalidade ou da personalidade permite a extensão da jurisdição penal do Estado titular do bem lesado para além dos seus limites territoriais;
- (D) o princípio real, de defesa ou de proteção permite a aplicação da lei penal da nacionalidade do agente, pouco importando o local em que o crime foi praticado;
- (E) o princípio da universalidade ou cosmopolita aplica-se à lei penal da nacionalidade do agente, pouco importando o local em que o crime foi praticado.

6. FGV - JE TJAP – TJ AP – 2022

Veículos autônomos são aqueles motorizados cujo movimento no trânsito é, de diversas formas, determinado por algoritmo pré-programado, e não por pessoa sentada ao volante. Por trás de uma máquina autônoma, há uma pessoa física que, de alguma forma, interferiu em seu funcionamento, normalmente pela programação e inserção de dados. Assim, em relação à imputação subjetiva do resultado, se reconhece a possibilidade de ocorrência de crime doloso ou culposos.

Nas hipóteses de punibilidade culposa, é correto afirmar que:

- (A) quem introduz no mundo um agente inteligente, com capacidade de aprendizagem conforme as informações sejam inseridas, pode negar sua responsabilidade pelos danos causados por reações equivocadas não previsíveis;
- (B) os robôs com inteligência artificial são agentes morais genuínos e sua programação interna funciona segundo um sistema de “méritos” e “deméritos” para certas decisões que eles tomam;
- (C) os denominados “algoritmos de acidente”, aqueles que selecionam vítimas em casos de inevitável colisão no tráfego dos carros autônomos, geram responsabilidade penal pela morte decorrente de atropelamento;

(D) os robôs com inteligência artificial são máquinas que completam suas tarefas conforme sua programação, que equivale à autodeterminação humana sobre razões morais;

(E) a possibilidade de programar o veículo para escolher uma vida para sacrificar, com o intuito de salvar outras, quando o acidente for inevitável, atrai a incidência do estado de necessidade, excluindo a responsabilidade do programador.

7. FGV – DEL POL – PC RN – 2021

No dia 01/03/2014, Vitor, 60 anos, desferiu um golpe de faca no peito de sua namorada Clara, 65 anos, que foi a causa eficiente de sua morte, pois descobrira que a vítima mantinha uma relação extraconjugal com o vizinho. Foi instaurado inquérito policial para apurar o evento, entrando em vigor, no curso das investigações, a Lei nº 13.104/2015, passando a prever a qualificadora do feminicídio. As investigações somente foram concluídas em 25/01/2021.

Considerando apenas as informações expostas, a autoridade policial deverá indiciar Vitor pela prática do crime de homicídio:

- (A) com causa de aumento de pena, sem a qualificadora pela condição de mulher da vítima;
- (B) sem qualquer causa de aumento de pena e sem a qualificadora pela condição de mulher da vítima;
- (C) com a qualificadora pela condição de mulher da vítima, bem como causa de aumento de pena;
- (D) com a qualificadora pela condição de mulher da vítima, sem qualquer causa de aumento de pena;
- (E) com a qualificadora pela condição de mulher da vítima, além de causa de diminuição de pena pelo relevante valor moral.

8. FGV – PER LEG – PC RJ – MEDICINA – 2021

Do ponto de vista legislativo, constitui espécie de crime contra a vida:

- (A) lesão corporal seguida de morte;
- (B) abandono de recém-nascido com resultado morte;
- (C) maus-tratos com resultado morte;
- (D) instigação, auxílio ou induzimento à automutilação;
- (E) tortura com resultado morte.

9. FGV – PER LEG – PC RJ – MEDICINA – 2021

No texto do Art. 123 do Código Penal brasileiro (infanticídio), a expressão “sob a influência do estado puerperal” significa que:

- (A) a mãe está na vigência de um surto psicótico no momento do crime;
- (B) as condições hormonais e a dor do parto modificam a compreensão da mãe com relação ao crime;
- (C) o estado puerperal representa um fator de exclusão da ilicitude do fato;

(D) a capacidade de entendimento da mãe está diminuída pelo sentimento de desonra relativo à gestação;
 (E) a pena é reduzida quando comparada à prevista para o homicídio porque há perda da autodeterminação da mãe.

10. FGV – TJ – TJ TO – APOIO JUDICIÁRIO E ADMINISTRATIVO – 2022

A respeito da compatibilidade do delito de lesão corporal e a lei de crimes hediondos, é correto afirmar que:

- (A) não há delito de lesão corporal acometido pela hediondez;
- (B) a lesão grave pode ser acometida pela hediondez, dependendo da vítima;
- (C) a lesão gravíssima pode ser acometida pela hediondez, dependendo da vítima;
- (D) não há infração penal preterdolosa passível de ser acometida pela hediondez;
- (E) a lesão corporal seguida de morte será hedionda, independentemente da vítima

11. FGV – TEC – FUNSAUDE CE – SEGURANÇA DO TRABALHO – 2021

A legislação estabelece que o descumprimento das normas de segurança, higiene e medicina do trabalho também incorrem em responsabilidade penal.

Desta forma, segundo o Art. 132 do Código Penal, o ato de expor a vida ou a saúde de outrem a perigo direto e iminente, caso não se constitua em crime mais grave, está sujeito a uma pena que varia de

- (A) 1 a 3 meses.
- (B) 3 meses a 1 ano.
- (C) 1 a 2 anos.
- (D) 2 a 3 anos.
- (E) 3 a 5 anos.

12. FGV – JE TJPR – TJ PR – 2021

Russel, Secretário Estadual de Lazer e Diversão, ajuizou queixa-crime contra o Deputado Federal Jack pela prática, em tese, dos crimes previstos nos artigos 138, 139 e 140, combinado com o artigo 141, inciso III, todos do Código Penal. Narrou, para tanto, que o Deputado Federal, a partir de publicação veiculada na internet por meio da rede social AllTogether e posteriormente também divulgada via aplicativo de mensagens TalkAbout, proferiu ataques dirigidos ao querelante que ofenderam sua honra subjetiva, objetiva, além de imputar-lhe a prática do “crime de improbidade administrativa”. O querelante atribuiu as seguintes declarações ao Deputado Federal, que classifica como crimes de difamação, injúria e calúnia: “O maior deboche com dinheiro público que eu já vi na minha vida! Missão governamental do Estado X, Secretário Estadual de Lazer e Diversão Russel, com dois assessores, foram para Orlando, dos dias 18 a 25 de janeiro, para a Fei-

ra de Armas Shoot me to Death, com diária de US\$350,00, para cada um, totalizando US\$2.275,00, mais passagem de US\$14.000,00. O Secretário, todos os anos, há muitos anos, vai a essa feira com o dinheiro da família, porém, agora pegou o dinheiro do Estado X para ir. O que tem o Secretário Estadual de Lazer e Diversão a ver com uma Feira de Armas em Orlando? Onde ele está, inclusive, usando vídeos para sua promoção pessoal. Ele é Secretário de Segurança por acaso? Ele foi fazer turismo, uma vergonha isso, o que vem para o Estado X com essa viagem, senhor Governador? Isso é nítido ato de improbidade e como Deputado Federal não admito, quero o melhor para o Estado X”.

No que pertine à prática de crime pelo referido Deputado Federal, é correto afirmar que:

- (A) estando a fala do Deputado Federal ligada ao exercício do mandato e ao debate político, há incidência da imunidade material, o que, conseqüentemente, afasta a tipicidade da conduta;
- (B) as prerrogativas de Deputado Federal limitam-se a instituições vinculadas diretamente à União, não se estendendo seus poderes e imunidades a atos praticados fora de sua esfera de atuação;
- (C) estando a fala do Deputado Federal ligada ao exercício do mandato e ao debate político, há incidência da imunidade material, o que, conseqüentemente, afasta a ilicitude da conduta;
- (D) as prerrogativas de Deputado Federal limitam-se a manifestações realizadas dentro da respectiva Casa Legislativa, mesmo que não guardem conexão com o exercício do mandato;
- (E) estando a fala do Deputado Federal ligada ao exercício do mandato e ao debate político, há incidência da imunidade formal, o que, conseqüentemente, demanda manifestação da respectiva Casa Legislativa sobre a sustação do processo.

13. FGV – PER LEG – PC RJ – MEDICINA – 2021

O delito de violação de domicílio configura-se modalidade qualificada quando praticado:

- (A) mediante destreza;
- (B) com rompimento de obstáculo;
- (C) mediante ardil;
- (D) em vigilância epidemiológica;
- (E) durante a noite.

14. FGV – AJ – TJ MS - BACHAREL EM DIREITO – 2022

Durante um churrasco entre amigos, Julia, jovem de 19 anos, acaba consumindo em excesso bebidas alcoólicas e passa a reclamar de tontura e sono. Preocupada, sua amiga Paula resolve levá-la para sua residência, onde a coloca deitada em um sofá. De volta à confraternização, Paula informa aos amigos que deixou a porta da casa de Julia destrancada, para que pudesse prestar auxílio em caso de

6. FGV – ALUN OF (PM SP)/PM SP/2021

ATENÇÃO: A QUESTÃO DEVE SER RESPONDIDA A PARTIR DO TEXTO III.

TEXTO III

À proporção que alguns locatários abandonavam a estalagem(a), muitos pretendentes surgiam disputando os cômodos desalugados. Delporto e Pompeo foram varridos pela febre amarela e três outros italianos estiveram em risco de vida. O número dos hóspedes crescia, os casulos subdividiavam-se em cubículos do tamanho de sepulturas, e as mulheres iam despejando crianças com uma regularidade de gado procriador. Uma família, composta de mãe viúva e cinco filhas solteiras, das quais destas a mais velha tinha trinta anos e a mais moça quinze, veio ocupar a casa que Dona Isabel esvaziou poucos dias depois do casamento de Pombinha(c).

Agora, na mesma rua, germinava outro cortiço ali perto, o “Cabeça-de-Gato”. Figurava como seu dono um português que também tinha venda, mas o legítimo proprietário era um abastado conselheiro, homem de gravata lavada(b), a quem não convinha, por decoro social, aparecer em semelhante gênero de especulações(d). E João Romão, estalando de raiva, viu que aquela nova república da miséria prometia ir adiante e ameaçava fazer-lhe à sua perigosa concorrência. Pôs-se logo em campo, disposto à luta, e começou a perseguir o rival por todos os modos, peitando fiscais e guardas municipais, para que o não deixassem respirar um instante com multas e exigências vexatórias; enquanto pela sorrelfa* plantava no espírito dos seus inquilinos um verdadeiro ódio de partido, que os incompatibilizava com a gente do “Cabeça-de-Gato(e)”. Aquele que não estivesse disposto a isso ia direitinho para a rua, “que ali se não admitiam meias medidas a tal respeito! Ah! ou bem peixe ou bem carne! Nada de embrulho!”.

AZEVEDO, Aluísio. O Cortiço, 1890. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000015.pdf>. Acesso em 27 jul. 2020.

* sorrelfa: dissimulação silenciosa para enganar ou iludir.

Assinale a opção que apresenta, em destaque, um vocábulo formado por derivação imprópria e outro formado por derivação prefixal, respectivamente.

- (A) À proporção que alguns locatários abandonavam a estalagem (...)
- (B) (...) mas o legítimo proprietário era um abastado conselheiro, homem de gravata lavada (...)
- (C) (...) a casa que Dona Isabel esvaziou poucos dias depois do casamento de Pombinha.
- (D) (...) a quem não convinha, por decoro social, aparecer em semelhante gênero de especulações.

(E) (...) um verdadeiro ódio de partido, que os incompatibilizava com a gente do “Cabeça-de-Gato”.

7. FGV – AG POL (RN)/PC RN/2021

Texto 1

“A instituição policial brasileira, segundo documentação existente no Museu Nacional do Rio de Janeiro, data de 1530, quando da chegada de Martim Afonso de Sousa enviado ao Brasil – Colônia por D. João III. A pesquisa histórica revela que no dia 20 de novembro de 1530, a polícia brasileira iniciava as suas ações, promovendo justiça e organizando os serviços de ordem pública, como melhor entendesse nas terras conquistadas do Brasil. A partir de então a instituição policial brasileira passou por segundas reformulações nos anos de 1534, 1538, 1557, 1565, 1566, 1603, e, assim, sucessivamente. Somente em 1808, com a chegada do príncipe Dom João ao Brasil, a polícia começou a ser estruturada, comandada por um delegado e composta por escrivães e agentes.”

A frase abaixo em que há ERRO no emprego ou na ausência do artigo definido é:

- (A) Não importa se o gato é preto ou branco, desde que ele pegue os ratos;
- (B) As grandes ideias sempre encontram os homens que as procuram;
- (C) As ideias concordam bem mais entre si do que os homens;
- (D) Todo o dia em que se trabalha é um dia perdido;
- (E) A virtude premeditada é a virtude do vício.

8. FGV – ALUN OF (PM AM)/PM AM/2022

Assinale a frase a seguir que é construída sem qualquer palavra substantivada.

- (A) Os deuses certamente não revelaram tudo aos mortais desde o princípio, mas, procurando, os homens encontram pouco a pouco o melhor.
- (B) A ciência consiste em substituir o saber que parecia seguro por uma teoria, ou seja, por algo problemático.
- (C) São todos descobridores ruins, que pensam que não há terra quando conseguem ver apenas o mar.
- (D) A descoberta consiste em ver o que todos viram e em pensar o que ninguém pensou.
- (E) O provar os frutos da árvore da ciência foi proibido por Deus.

9. FGV - AS (SEMSA MANAUS)/PREF MANAUS/COZINHEIRO FLUVIAL/2022

“Todas as atividades do espírito cessariam se os jovens ficassem, um dia, contentes com o que existe.”

Muitas palavras desse pensamento estão no plural. Assinale a opção que apresenta a forma errada de plural.

- (A) coração / corações.
- (B) cidadão / cidadãos.
- (C) situação / situações.
- (D) vulcão / vulcões.
- (E) publicação / publicações.

10. FGV - AS (SEMSA MANAUS)/PREF MANAUS/ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO/2022

Assinale a opção em que a descrição do substantivo sublinhado é feita por meio de traços físicos e psicológicos.

(A) “A dona era uma velha balofa, de peruca mais negra que a asa da graúna. Vestia um desbotado pijama de seda japonesa e tinha as unhas aduncas recobertas de uma crosta de esmalte vermelho-escuro, descascado nas pontas encardidas”. (Lygia Fagundes Telles)

(B) “Zeca era pequeno, nervoso, tez baça e magríssimo. Nunca vi ninguém mais magro. Magro assim, só quem está nas últimas. Mas o Zeca era magro assim e tinha um porte, uma vivacidade de rapaz com perfeita saúde”. (Manuel Bandeira)

(C) “O dono do pequeno restaurante é amável, sem derrame, e a fregueses mais antigos costuma oferecer, antes do menu, o jornal ‘facilitado’, isto é, com traços vermelhos cercando as notícias importantes”. (Carlos Drummond de Andrade)

(D) “A cachorra Baleia estava para morrer. Tinha emagrecido, o pelo caíra-lhe em vários pontos, as costelas avultavam num fundo róseo, onde manchas escuras supuravam e sangravam, cobertas de moscas”. (Graciliano Ramos)

(E) “Na cidade conheci algumas pessoas: seu Honório, da farmácia, com o punho da camisa sempre sujo, óculos quebrados na haste, calça velha de riscado”. (Graciliano Ramos)

11. FGV – SOLD (CBM AM)/CBM AM/2022

A questão desta prova é elaborada a partir de pequenos textos e pretendem avaliar sua capacidade em interpretar e compreender textos, assim como em redigir de forma correta e adequada.

Nas opções a seguir foram destacados termos formados por adjetivo + substantivo. Assinale a frase a seguir em que a troca de posição dessas palavras entre si não modifica o significado expresso.

(A) A melhor maneira de ter uma boa ideia é ter várias ideias.

(B) A mente humana, uma vez ampliada por uma nova ideia, nunca mais volta a seu tamanho original.

(C) As melhores ideias são propriedades de todos.

(D) As diversas ideias que temos devem ser compartilhadas.

(E) Nossas diferentes ideias sobrevivem mais facilmente.

12. FGV - TJ (TJ TO)/TJ TO/INFORMÁTICA/2022

Em todas as frases abaixo há orações adjetivas sublinhadas; a opção em que foi feita a substituição dessa oração por um adjetivo adequado, é:

(A) Uma espera que durou uma eternidade / indefinida;

(B) Uma doença que não oferece nenhum perigo / imune;

(C) Uma dor que vai passar logo / abreviada;

(D) Uma marca que passa de geração em geração / generalizada;

(E) Um romance que prendeu a minha atenção / atraente.

13. FGV – PROF (PREF PAULÍNIA)/PREF PAULÍNIA/EDUCAÇÃO BÁSICA II/PORTUGUÊS/2021

Os gramáticos distribuem os adjetivos em estados, qualidades, características e relações; a frase abaixo em que o adjetivo destacado se inclui entre as relações é:

(A) A indignação moral é uma técnica de dignidade.

(B) Revolução é uma ideia brilhante que encontrou armas.

(C) O revolucionário bem-sucedido é um estadista.

(D) Não há noite tão longa que não encontre o dia.

(E) A grama verde do vizinho está sempre bonita.

14. FGV - ATA (IMBEL)/IMBEL/ALMOXARIFE/2021

Assunto: Conjugação. Reconhecimento e emprego dos modos e tempos verbais

“Não sei ver nada do que vejo; vejo bem apenas o que relembro.”

A mesma relação entre as formas verbais sublinhadas se repete de forma correta em

(A) fazer / faço.

(B) prover / provo.

(C) comprar / comprei.

(D) trazer / trazia.

(E) dizer / diz.

15. FGV – ANA (CM ARACAJU)/CM ARACAJU/ADMINISTRATIVO/2021

A questão desta prova teve por base textos jornalísticos, retirados de jornais das grandes capitais brasileiras.

“Há 160 anos, o então reino da Prússia, que veio a se tornar o principal Estado-membro do Império Alemão...”

Nesse segmento, o verbo sublinhado indica mudança de estado; a frase abaixo que indica estado transitório e não mudança de estado é:

6. FGV - 2022 – MPE GO

Com relação às impressoras gráficas, as informações sobre a resolução da imagem/texto impressos são, usualmente, apresentadas por meio do padrão

- (A) linhas por polegada.
- (B) pontos por centímetro.
- (C) pontos por linha.
- (D) pontos por polegada quadrada.
- (E) pontos por polegada.

7. FGV – 2022 – PREF MANAUS – ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO

No contexto das telas/monitores de computadores de uso geral, assinale a opção que apresenta a resolução, em pixels, associada ao termo Full HD.

- (A) 1024 x 768.
- (B) 1280 x 1024.
- (C) 1280 x 720.
- (D) 1920 x 1080.
- (E) 2560 x 2048.

8: FGV - 2021 - ATA – IMBEL - ALMOXARIFE

Nas vendas do varejo, o termo impressora multifuncional refere-se aos equipamentos que, além de imprimir, permitem

- (A) copiar e ler códigos de barras.
- (B) escanear e copiar documentos.
- (C) escanear e ler códigos de barras.
- (D) comunicação remota por meio de Wi-Fi.
- (E) operar com múltiplos graus de resolução.

9. FGV - 2021 - AG – PREF PAULÍNIA – APOIO OPERACIONAL

Assinale o dispositivo de computador que serve exclusivamente para entrada de dados.

- (A) HD.
- (B) Impressora.
- (C) Memória.
- (D) Monitor de vídeo.
- (E) Teclado.

10. FGV – 2018 – ASS LEG - ALERO

As letras do alfabeto em um teclado podem estar organizadas de diferentes formas, dependendo do seu layout.

No Brasil, os padrões de teclado certificados pela ABNT são baseados no padrão

- (A) HCESAR.
- (B) QWERTY.
- (C) AZERTY.
- (D) DVORAK.
- (E) BR-Nativo.

11. FGV – AS – 2022 – PREF MANAUS – TÉCNICO EM MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

Com relação aos procedimentos de manutenção preventiva em equipamentos do tipo desktops e servidores, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e F para a falsa.

() Passar antivírus nos equipamentos, para evitar que vírus possam prejudicar seu funcionamento.

() Atualizar softwares para melhorar o desempenho mesmo que os equipamentos estejam funcionando perfeitamente.

() Realizar limpeza interna nos equipamentos. Recomenda-se utilizar pincel para retirar a poeira localizada sobre as placas e dispositivos.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) V – F – F.
- (B) F – F – V.
- (C) F – V – V.
- (D) V – V – V.
- (E) F – F – F.

12. FGV – INV POL – 2022 – PC AM – 4ª CLASSE

No notebook de Joana, que utiliza o Windows 10 com a configuração usual do mouse, o aplicativo Word 2010 está fixado na Barra de Tarefas. Nesse cenário, considere que tenha havido um clique com o botão direito no ícone do Word presente na referida barra, e analise as afirmativas a seguir.

I. O aplicativo é aberto com um documento novo, em branco.

II. Se o aplicativo estiver aberto, a janela correspondente é imediatamente minimizada.

III. É aberto um menu no qual uma das opções é desafixar o aplicativo da Barra de Tarefas.

IV. É aberto um menu no qual há uma lista de documentos recentemente abertos por meio do aplicativo.

Está correto o que se afirma apenas em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) IV.
- (E) III e IV.

13. FGV – AS – 2022 – PREF MANAUS – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

No Windows 10, as configurações de telas, som, notificações, energia estão disponíveis no grupo

- (A) Aplicativos.
- (B) Atualização e segurança.
- (C) Dispositivos.
- (D) Facilidade de acesso.
- (E) Sistema.

14. FGV – AS – 2022 – PREF MANAUS – ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO

No Windows, a desconexão de um pen drive deve ser cuidadosa, e a operação de “Remover Hardware e Ejetar Mídia com Segurança” é recomendada, apesar de configurações que possam mitigar riscos de danos.

Assinale a razão desse procedimento.

- (A) Abortar eventuais operações em curso.
- (B) Destravar o pen drive mecanicamente.
- (C) Evitar interromper eventuais operações de escrita em curso.
- (D) Evitar sobrecarga elétrica no pen drive.
- (E) Sinalizar para o Windows a disponibilidade da conexão USB.

15. FGV – ATA – 2021 – IMBEL - ALMOXARIFE

Bruno quer copiar para um pen drive todo o conteúdo de uma pasta localizada no desktop do seu computador, mas antes precisa descobrir quantas subpastas e arquivos há na referida pasta e, também, o espaço requerido para a armazenagem. Assinale o recurso do Windows que permite mais facilmente a obtenção dessas informações.

- (A) Configurações.
- (B) Bloco de Notas.
- (C) Prompt de Comando.
- (D) Gerenciador de Tarefas.
- (E) Explorador de Arquivos.

16. FGV – ASS – 2021 – FUNSAÚDE CE

Mateus utiliza a área de trabalho (desktop) do Windows 10 do seu computador tanto para assuntos particulares como profissionais, mas gostaria de separar os dois tipos de conteúdo, porque tem participado frequentemente de reuniões virtuais.

Assinale o recurso disponível na Barra de Tarefas que permite a criação de uma ou mais versões da área de trabalho.

- (A) Barras de ferramentas.
- (B) Gerenciados de tarefas.
- (C) Mostrar janelas empilhadas.
- (D) Mostrar janelas lado a lado.
- (E) Visão de tarefas.

17. FGV – TEC – 2021 – FUNSAUDE CE – ENFERMAGEM SAÚDE DO TRABALHADOR

No Windows 10, a Barra de Tarefas, normalmente exibida na parte de baixo da tela, pode ser utilizada com diversas finalidades. Assinale a opção que indica uma delas.

- (A) Copiar arquivos.
- (B) Deletar arquivos.
- (C) Instalar aplicativos.
- (D) Obter acesso rápido a um aplicativo.
- (E) Usar como área de backup automático.

18. FGV – AG – 2021 – PREF PAULÍNIA – APOIO ADMINISTRATIVO

João ligou seu computador para prosseguir no seu trabalho rotineiro, mas notou que o Windows 10 estava excessivamente lento, e decidiu investigar a causa do problema.

Assinale o componente do Windows que ajudaria João a descobrir os aplicativos e processos internos que estão ativos no sistema.

- (A) Agendador de Tarefas.
- (B) Configuração do Sistema.
- (C) Gerenciador de Tarefas.
- (D) Windows Defender.
- (E) Windows Explorer.

19. FGV – AG – 2021 – PREF PAULÍNIA – APOIO OPERACIONAL

Assinale o item que, quando instalado num computador, faz o papel de sistema operacional.

- (A) Google Chrome.
- (B) LibreOffice Writer.
- (C) MS Excel.
- (D) MS Word.
- (E) Windows 10.

20. FGV - ATA – 2021 – IMBEL - ALMOXARIFE

Assinale o aplicativo/ferramenta do Windows 10 que permite examinar o percentual de utilização instantânea da memória e da CPU.

- (A) Configuração do Sistema.
- (B) Gerenciador de Tarefas.
- (C) Gerenciador do Computador.
- (D) Informações do Sistema.
- (E) Visualizador XPS.

21. FGV - TEC ET – 2019 – PREF SALVADOR

O Windows 10 apresenta uma mensagem pedindo para o usuário escolher o que fazer com unidades removíveis quando um pen drive formatado com FAT-32 é inserido na interface USB do computador.

Considerando a configuração padrão, uma das opções válidas é:

- (A) ejetar dispositivo.
- (B) formatar pen drive.
- (C) mudar o nome lógico do drive.
- (D) abrir pasta para exibir arquivos.
- (E) trocar letra associada ao dispositivo.

11. FGV – AFFC – 2022 – CGU – AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO

Maria é servidora pública estável ocupante do cargo de auditora federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União e, em dezembro de 2021, seu marido José, juiz de direito do Tribunal de Justiça do Estado Alfa, faleceu. Maria já adotou as medidas administrativas cabíveis para receber a pensão por morte de seu falecido marido.

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o teto constitucional de remuneração de servidores públicos previsto no Art. 37, XI, da Constituição da República de 1988 incide:

- (A) sobre o somatório da remuneração de Maria pelo seu cargo efetivo e a pensão por morte a que a servidora tem direito;
- (B) individualmente sobre cada remuneração, a saber, os vencimentos de Maria pelo seu cargo efetivo e a pensão por morte a que a servidora tem direito;
- (C) sobre a remuneração de Maria pelo seu cargo efetivo, mas a pensão por morte a que a servidora tem direito respeitará o teto do regime geral de previdência social;
- (D) sobre a remuneração de Maria pelo seu cargo efetivo, mas a pensão por morte a que a servidora tem direito respeitará 90,25% do teto constitucional, por se tratar de servidor falecido no âmbito estadual;
- (E) sobre a remuneração de Maria pelo seu cargo efetivo, mas a pensão por morte a que a servidora tem direito respeitará 90,25% do teto constitucional, independentemente de o servidor falecido ser estadual, distrital ou municipal.

12. FGV – REC – 2022 - IBGE

De acordo com o Art. 117 da Lei nº 8112/90, as seguintes ações são proibidas ao servidor público, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Atuar como procurador, junto a repartições públicas, quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro.
- (B) Receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições.
- (C) Aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro.
- (D) Praticar usura sob qualquer de suas formas.
- (E) Proceder de forma desidiosa.

12. FGV – TFFC – 2022 – CGU

João, técnico federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União, respondeu a processo administrativo disciplinar (PAD) que, após regular tramitação, lhe ensejou a aplicação da pena de suspensão por noventa dias. Inconformado com a sanção que lhe foi imposta, João ajuizou ação judicial pleiteando a nulidade da pena disciplinar e a declaração de sua inocência na esfera administrativa, alegando exclusivamente que, pelos mesmos fatos, também respondeu a processo criminal que acabou de transitar em julgado, no bojo do qual foi absolvido por falta de provas.

Consoante dispõe a Lei nº 8.112/1990 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a pretensão de João deve ser julgada:

- (A) procedente, diante da vinculação da esfera administrativa à judicial criminal, havendo necessária repercussão da decisão absolutória penal sobre o processo administrativo disciplinar, qualquer que seja o fundamento da decisão judicial;
- (B) procedente, diante da vinculação da esfera administrativa à judicial criminal, havendo necessária repercussão da decisão absolutória penal por motivo de falta de prova sobre o processo administrativo disciplinar;
- (C) improcedente, diante da independência relativa das esferas penal e administrativa, havendo repercussão apenas em se tratando de absolvição no juízo penal por inexistência do fato ou negativa de autoria, que não é o caso;
- (D) procedente, diante da vinculação da esfera administrativa à judicial cível ou criminal, havendo necessária repercussão da decisão absolutória sobre o processo administrativo disciplinar, pelo respeito à coisa julgada e à segurança jurídica;
- (E) improcedente, diante da independência das instâncias penal, civil e administrativa, não havendo necessária vinculação da autoridade administrativa aos fundamentos da decisão judicial que, contudo, podem contribuir para a valoração da conduta do servidor investigado, a critério discricionário do presidente do PAD.

14. FGV – AJ – 2021 – TJ RO - ADMINISTRADOR

Maria é servidora pública civil estável do Estado de Rondônia e, após votação, elegeu-se como presidente do sindicato de sua categoria profissional.

De acordo com a Lei Complementar nº 68/1992, que dispõe sobre seu regime jurídico funcional, a Maria:

- (A) é assegurado o direito à licença para desempenho de mandato em entidade classista legalmente instituída, com ônus para o seu órgão de origem;

(B) é assegurado o direito à licença para desempenho de mandato em entidade classista legalmente instituída, com ônus para o sindicato;

(C) não é assegurado o direito à licença para desempenho de mandato em entidade classista legalmente instituída, mas é possível a acumulação das funções, desde que respeitada a carga horária de seu cargo efetivo;

(D) não é assegurado o direito à licença para desempenho de mandato em entidade classista legalmente instituída, mas é possível a acumulação das funções, desde que respeitado o cumprimento de 50% da carga horária de seu cargo efetivo;

15. FGV – AJ – 2021 – TJ RO – ANALISTA DE SISTEMAS

José, servidor público civil estável do Poder Executivo do Estado de Rondônia, sem má-fé, praticou falta disciplinar, em tese, punível com suspensão de até dez dias. Sabe-se que o histórico funcional do servidor é excelente e que, até então, nunca havia cometido infração disciplinar.

De acordo com a Lei Complementar nº 68/1992, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia, a Administração Pública:

(A) deverá proceder à imprescindível e prévia instauração de inquérito civil, visando à responsabilização funcional de José, vedada a autocomposição e a consensualidade no direito sancionador sob a ótica disciplinar;

(B) deverá proceder à imprescindível e prévia instauração de sindicância administrativa e de processo administrativo disciplinar, visando à responsabilização funcional de José, vedada a autocomposição e a consensualidade no direito sancionador sob a ótica disciplinar;

(C) poderá, com caráter punitivo, propor a José a transação disciplinar, mediante imprescindível e prévia instauração de sindicância administrativa e de processo administrativo disciplinar, e leva em conta a possibilidade de melhora do agente e aperfeiçoamento do serviço;

(D) poderá, com caráter punitivo, propor a José o acordo de leniência funcional para fins disciplinares, dispensando a instauração de sindicância administrativa e de processo administrativo disciplinar, e leva em conta a possibilidade de melhora do agente e aperfeiçoamento do serviço;

(E) poderá, sem caráter punitivo, propor a José o termo de ajustamento de conduta para fins disciplinares, dispensando a instauração de sindicância administrativa e de processo administrativo disciplinar, e leva em conta a possibilidade de melhora do agente e aperfeiçoamento do serviço.

16. FGV – DEL POL – 2021 – PC RN

Tramita no âmbito interno da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Norte processo administrativo disciplinar (PAD) que apura eventual falta funcional praticada por certo delegado de polícia. Durante a instrução do PAD, foi verificada pela autoridade competente que o conduz a necessidade de obtenção de prova emprestada, consistente em interceptação telefônica realizada no bojo de processo criminal.

De acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, o compartilhamento de prova pretendido é:

(A) inviável, pois a Constituição da República de 1988 prevê que é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas;

(B) inviável, pois a Constituição da República de 1988 prevê que a interceptação telefônica somente pode ser utilizada para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

(C) viável, desde que devidamente autorizada pelo juízo criminal competente e respeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa;

(D) viável, independentemente de prévia autorização pelo juízo criminal, porque, uma vez produzida, a prova pertence ao Estado que é uno;

(E) inviável, pois a Constituição da República de 1988 prevê que a interceptação telefônica somente pode ser produzida no âmbito de investigação e processo criminal ou ação de improbidade administrativa.

17. FGV – INV POL – 2022 – PC RJ

José, servidor público estável ocupante do cargo de investigador policial da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, sofreu um acidente de carro que lhe causou incapacidade física para exercer as funções que até então exercia.

No caso em tela, de acordo com a Constituição da República de 1988 e o Decreto nº 2.479/1979, que consiste no Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, José será:

(A) transferido para outro cargo integrante da administração direta ou autárquica estadual, de equivalentes escolaridade e vencimentos;

(B) aproveitado em cargo de natureza e vencimento superiores ao anteriormente ocupado, mediante prévio processo administrativo;

(C) não observou a ordem constitucional, pois é vedada, em qualquer hipótese, a dissolução compulsória de associações;

(D) não observou a ordem constitucional, pois a dissolução compulsória de associações exige decisão judicial transitada em julgado;

(E) não observou a ordem constitucional, pois seria necessário o prévio trânsito em julgado da sentença condenatória pelos crimes referidos.

6. FGV – OF – 2021 – PM RJ

João, maior e capaz, mas que ainda não promoveu o seu cadastro eleitoral, formulou pedido de acesso a informação direcionado ao Ministério Público do Estado Alfa, requerendo que lhe fossem fornecidos dados concernentes ao valor despendido com a contratação de empresas terceirizadas.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que o pedido de João deve ser

(A) deferido, considerando o destinatário do pedido e a natureza das informações solicitadas.

(B) indeferido, pois o acesso à informação somente é assegurado em relação aos órgãos do Poder Executivo.

(C) indeferido, desde que João apresente os motivos determinantes da solicitação de acesso à informação.

(D) indeferido, já que as informações almejadas por João dizem respeito à governança administrativa, não à sua pessoa.

(E) indeferido, já que João não ostenta a condição de cidadão, o que impede a formulação de requerimento dessa natureza.

7. FGV - OAB UNI NAC – 2021

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

A União, com o objetivo de recrudescer o combate aos crimes contra o patrimônio, insere, por meio da Lei Ordinária federal X, um novo artigo no Título II da Parte Especial do Código Penal, dispondo que “as penas de prestação de serviços à comunidade, se não forem cumpridas em até 10 (dez) dias após o trânsito em julgado da condenação, comunicam-se, desde que maiores de 18 (dezoito) e menores de 60 (sessenta) anos, aos parentes em linha reta dos condenados.”

Sobre a hipotética situação narrada, com base no ordenamento constitucional vigente, assinale a afirmativa correta.

(A) A Lei X é formal e materialmente constitucional, pois compete à União legislar privativamente sobre direito penal e processual.

(B) A Lei X é inconstitucional, porque, apesar de a edição de normas com conteúdo penal estar inserida no rol de competências privativas da União, normas que impliquem em situação mais gravosa aos apenados demandam lei complementar.

(C) A Lei X é formal e materialmente constitucional, pois o princípio da intransmissibilidade da pena, inserido no rol de direitos e garantias fundamentais, restringe-se às sanções que impliquem em privação ou restrição à liberdade.

(D) A Lei X é materialmente inconstitucional, pois as penas de prestação de serviços não podem transcender a pessoa do condenado, sob pena de ofensa ao princípio da pessoalidade ou intransmissibilidade da pena.

8 FGV - OAB UNI NAC – 2021

João, considerado suspeito de ter comercializado drogas ilícitas em festa realizada há duas semanas em badalada praia do Município Delta, após investigação policial, teve localizado seu endereço.

Os policiais, sem perda de tempo, resolvem se dirigir para o referido endereço, e lá chegando, às 22h, mesmo sem permissão, entram na casa de João e realizam uma busca por provas e evidências.

Segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, a ação policial

(A) respeitou o direito à inviolabilidade domiciliar, já que a Constituição da República dispensa a necessidade de mandado judicial em situações nas quais esteja em questão a possibilidade de obtenção de provas para investigação criminal em curso.

(B) desrespeitou o direito à inviolabilidade domiciliar, já que, como a Constituição da República não prevê explicitamente qualquer exceção a este direito, o ingresso na casa alheia, contra a vontade do morador, sempre exige ordem judicial.

(C) respeitou o direito à inviolabilidade domiciliar, já que o sistema jurídico brasileiro considera que a plena fruição desse direito somente pode ser relativizada em situações nas quais o seu exercício venha a conceder proteção a alguma ação criminosa.

(D) desrespeitou o direito à inviolabilidade domiciliar, já que, embora esse direito não seja absoluto e possua restrições expressas no próprio texto constitucional, a atuação dos agentes estatais não se deu no âmbito destas exceções.

9. FGV – SOLD – 2021 – PM CE

Maria, policial militar, constatou que parte do telhado de uma casa localizada em comunidade carente, em razão das fortes chuvas ocorridas na região, tinha desabado. Apesar do desabamento, o muro e o portão ao redor da casa, bem como suas paredes, permaneciam hígidos.

À luz dessa narrativa, caso Maria identifique a existência de pessoa ferida no interior da casa, não estando presente outra que possa ajudá-la, ela

- (A) deve aguardar a chegada de outro morador e solicitar sua autorização para ingressar no local.
- (B) deve comparecer perante o juízo da região e solicitar autorização para ingressar no local.
- (C) pode apenas isolar a área e aguardar o órgão de salvamento, que está legalmente autorizado a ingressar no local.
- (D) deve se comunicar com a pessoa ferida e, somente se ela exteriorizar seu consentimento, ingressar no local.
- (E) pode ingressar no local, mesmo sem autorização do morador ou ordem judicial, para prestar socorro à pessoa ferida.

10. FGV – ANALM – 2018 – CM SALVADOR – LEGISLATIVA – APOIO DE PLENÁRIO – PLENÁRIO – APOIO TÉCNICO EM PROCESSOS LEGISLATIVOS – PROTOCOLO DE PROCESSOS

A República Federativa do Brasil, pelo órgão competente, assinou determinada Convenção Internacional de Proteção aos Direitos Humanos. Ato contínuo, a Convenção foi aprovada em cada Casa do Congresso Nacional em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros. Por fim, após o depósito do instrumento de ratificação, foi promulgada na ordem interna pelo Presidente da República.

À luz da sistemática constitucional, a referida Convenção, na ordem jurídica interna, tem natureza jurídica equivalente:

- (A) à emenda constitucional;
- (B) à lei ordinária;
- (C) à lei complementar;
- (D) à lei delegada;
- (E) ao decreto autônomo.

11. FGV – TJ – 2018 – TJ AL - JUDICIÁRIA

Pedro ajuizou uma ação em face de João e se saiu vitorioso, sendo-lhe atribuído certo bem. Anos depois, quando já não mais era cabível qualquer recurso, ação ou impugnação contra a decisão do Poder Judiciário, foi editada uma lei cuja aplicação faria com que o bem fosse atribuído a João.

À luz da sistemática constitucional, o referido bem deve:

- (A) permanecer com Pedro, por força da garantia do ato jurídico perfeito;
- (B) ser transferido a João, com a base no princípio da eficácia imediata da lei;
- (C) permanecer com Pedro, por força da garantia do direito adquirido;
- (D) ser transferido a João, salvo se a lei estabelecer regra de transição;
- (E) permanecer com Pedro, por força da garantia da coisa julgada.

12. FGV – DEL POL – 2022 – PC AM – 4ª CLASSE

Marie, cidadã francesa, empregada de um conceituado laboratório farmacêutico privado, estava trabalhando no território nacional quando conheceu John, cidadão inglês, que trabalhava na mesma empresa. Os dois se casaram e, desse relacionamento, nasceu Mathew, tendo a família deixado o território nacional logo após o nascimento, fixando residência na Alemanha. Apesar de nunca mais ter retornado ao território brasileiro, Mathew era familiarizado com a cultura e acompanhava diariamente as notícias do Brasil. Ao completar 21 anos, consultou um advogado a respeito da possibilidade de concorrer ao cargo eletivo de deputado federal na eleição que seria realizada no respectivo ano.

Foi respondido corretamente que

- (A) somente os brasileiros natos poderiam preencher as condições de elegibilidade e Mathew era estrangeiro.
- (B) Mathew era brasileiro nato, logo, preenchia uma das condições de elegibilidade exigidas para concorrer ao cargo eletivo de Deputado Federal, tendo a idade mínima exigida.
- (C) Mathew era brasileiro nato, logo, preenchia uma das condições de elegibilidade exigidas para concorrer a um cargo eletivo, mas não o de Deputado Federal, por não preencher a idade mínima exigida.
- (D) Mathew somente poderia concorrer ao cargo eletivo de Deputado Federal caso se naturalizasse brasileiro, pois esse cargo não exige a nacionalidade nata, crescendo-se que ele preenchia a idade mínima exigida.
- (E) Mathew somente poderia concorrer a um cargo eletivo caso se naturalizasse brasileiro, mas não ao cargo de Deputado Federal, pois esse cargo exige a nacionalidade brasileira nata, além dele não preencher a idade mínima exigida.

13. FGV – AG POL – 2021 – PC RN

Marie, integrante de uma tradicional família francesa, nascida e criada em Paris, deseja viver no Brasil e seguir a carreira política. Para decidir que planos traçaria, estabeleceu contato com um advogado brasileiro, que lhe informou corretamente que: